

TERRA E PODER:

DIFERENTES OLHARES NA LUTA PELA TERRA NO OESTE DO PARANÁ

Irene Spies Adamy¹

Paulo José Koling²

Resumo:

Este artigo pretende discutir a luta pela terra a partir das ações e do discurso da fração agrária da classe dominante na região Oeste do Paraná, especificamente em Cascavel. A história desta região é marcada por conflitos que evidenciam a presença de movimentos sociais que reivindicam e pressionam a sociedade civil e a sociedade política pela realização da reforma agrária. É neste contexto que está inserida a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, objeto de análise neste artigo. A SRO, fundada em 1980, tem se constituído, a partir de então, no Partido dos grupos dominantes na agropecuária regional, buscando constituir-se e manter-se como grupo hegemônico. Para esta análise utiliza-se o referencial teórico Gramsciano.

Abstract:

This article aims discussing the struggle for land through the actions and the speech of the agrarian fraction of the dominant class in the West of Paraná, particularly in Cascavel. The history of this region is marked by conflicts that evidence the presence of social movements that claim and pressure the civil and political society for the agrarian reform. In this context is inserted the “*Sociedade Rural do Oeste do Paraná*”, object of analysis in this article. The “SRO”, created in 1980, has been composed, since then, by the fraction of the dominant groups in the regional farming. This group intends to establish itself in an hegemonic condition. To the analysis it is used the Gramscian theoretic referential.

Palavras-chave:

Sociedade Rural do Oeste do Paraná; Conflito; Reforma Agrária.

O presente texto faz parte do conjunto de atividades desenvolvidas como aluna no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). A pesquisa tratou dos conflitos ligados à disputa pela terra no Oeste do Paraná, mais especificamente na microrregião de Cascavel, após a década de 1980, período em que foram criados o Movimento

¹ Professora de História da Rede Pública Estadual do Paraná – Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Graduada em História e especialista em Teorias da História pela UNIOESTE. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE - Paraná.

²Agradeço ao Professor Doutor Paulo José Koling da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pelas orientações e contribuições teóricas que enriqueceram os estudos, a pesquisa e os trabalhos desenvolvidos no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE - promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, durante o período de 2007 e 2008.

dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO).

Muitas pesquisas preocuparam-se em conhecer o processo de colonização da região Oeste, destacando as ações de empresas colonizadoras, colonos, posseiros e grileiros na ocupação do território regional. A participação e a “negligência” consciente do governo do Estado neste processo, já mereceram a atenção daqueles que estudam a história da região Oeste do Paraná. Outras pesquisas tiveram o objetivo de dar voz aos trabalhadores sem terra, reconstruindo suas lutas pela terra, suas conquistas e desafios.

Neste artigo, porém, será abordado o contraponto da relação conflituosa entre os movimentos de trabalhadores sem terra e a fração agrária das classes dominantes na região Oeste do Paraná, procurando compreender como esta fração de classe consolidou-se como grupo hegemônico; quais mecanismos tem utilizado para manter-se no poder e como tem enfrentado a resistência ao latifúndio e ao agronegócio, empreendida pelos “excluídos da terra”, organizados principalmente no MST. Para tanto, o objeto de análise são as ações e os discursos dos dirigentes da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO)³ e sua articulação com outras entidades patronais rurais como o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a União Democrática Ruralista (UDR).

O período histórico a ser analisado, mais especificamente, corresponde aos mandatos do presidente Lula e do governador Requião no Paraná, portanto, a partir de 2003. As eleições de Lula e Requião acenderam nos movimentos sociais, a expectativa de avanços significativos em suas lutas. A reforma agrária entrou novamente na pauta de discussão e simpatizantes do MST passaram a ocupar cargos importantes no Ministério da Reforma Agrária e também no INCRA e em Secretarias de Estado.

As fontes que dão suporte às reflexões são principalmente as falas das lideranças das entidades patronais rurais tornadas públicas pela imprensa local e regional. Destaca-se o “Jornal Hoje”, a “Gazeta do Paraná” e o “Jornal O Paraná”

³ O estudo da SRO parte do referencial teórico gramsciano, que entende as entidades organizadas na Sociedade Civil como Partidos, neste caso, da fração da classe dominante agrária do Oeste do Paraná-Cascavel. A Sociedade Rural do Oeste do Paraná é a entidade que organiza e dá direção às diferentes ações políticas da oligarquia agrária regional.

por terem estreito vínculo com esta fração de classe, através de seus proprietários e por terem ampla circulação em toda região Oeste. Entende-se que a imprensa é importante instrumento a serviço da formação de consenso em torno dos interesses da fração de classe em questão, constituindo-se no que Gramsci define como “Aparelhos Privados de Hegemonia”. Também o Relatório de Missão Conjunta apresentado pela DhESCA sobre os conflitos na Região Oeste do Paraná, as publicações anuais da Comissão Pastoral da Terra sobre “Conflitos no Campo” e o Relatório da “CPI da Terra” serão documentos fundamentais para a análise.

A Sociedade Rural do Oeste não possui um meio de divulgação próprio, com exceção da sua página *on line* onde se destaca a Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel organizada anualmente pela entidade, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid - (EXPOVEL).

Além das fontes acima mencionadas, buscou-se referência nas reflexões e estudos realizados por Sonia Regina de Mendonça, Regina Bruno e Leonilde Servolo de Medeiros que têm se preocupado em compreender as classes dominantes no campo ao longo da história do Brasil.

Sou Professora de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná e o que me impulsionou a realizar a pesquisa e produzir este “texto final”, é o fato de que nas discussões com os alunos sobre as disputas pela terra e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, percebia que a grande maioria reproduzia o discurso veiculado na imprensa regional e nacional, que tem dado voz, com grande predominância aos ruralistas. Sua compreensão acerca dos movimentos sociais e dos conflitos no campo é de que deveriam ser duramente reprimidos por serem ações de indivíduos “desocupados, vagabundos e oportunistas, que nunca trabalharam, e por isso não merecem receber a terra”. Percebia também o desconhecimento sobre a construção histórica da estrutura fundiária brasileira e regional e a falta de percepção das estratégias utilizadas pelos grandes proprietários para legitimar e justificar, junto à sociedade, suas ações e sua condição privilegiada. Isto dificultava o entendimento das razões do

surgimento do MST e do seu embate com os grandes proprietários rurais, ligados à pecuária e ao agronegócio regional.

Outra questão que motivou a pesquisa foi a grande evidência que a SRO teve em momentos determinantes da história regional, desde a sua fundação em 1980, assumindo uma postura de defesa incondicional da propriedade privada, contra a reforma agrária, de desqualificação dos trabalhadores rurais sem terra e do próprio MST, em defesa do agronegócio e da Biotecnologia aplicada à produção agropecuária, e reivindicando linhas de crédito agrícola e políticas de preços favoráveis aos seus produtos.

Falar em reforma agrária no Brasil, não significa discutir critérios técnicos de viabilidade econômica ou da sua estrutura fundiária. Não significa pensar e viabilizar o acesso à terra, com objetivos sociais e econômicos. A reforma agrária é sempre um tema polêmico, fundamentado em disputas no campo social e político. E, principalmente nas últimas décadas tem sido trazido para o campo ideológico. As frações da classe dominante agrária, e não elas apenas, têm afirmado que a luta pela democratização do acesso à terra é “coisa de baderneiro, desocupado, vagabundo, quando não terrorista”.

Sua organização política e sua ação direta, tem sido no sentido de desvirtuar o foco desta questão, com o objetivo evidente de preservar o seu privilégio histórico de acesso à terra, em especial o latifúndio, base de sua sustentação enquanto classe dominante através de diferentes mecanismos: a) inserindo objetivamente, nos espaços de poder, representantes que defendam seus interesses; b) pressionando o Estado restrito pela elaboração e cumprimento de leis que mantenham o seu status quo; c) construindo consenso junto à sociedade civil (principalmente através da imprensa) de que seu projeto é o mais adequado; d) fazendo uso da violência, da coerção, quando em situações extremadas, os seus interesses estão sendo afrontados. Principalmente, quando o latifúndio é colocado sob questionamento efetivo.

A luta histórica dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária no Brasil é a manifestação de uma estrutura fundiária e de políticas agrícolas que privilegiaram historicamente o latifúndio e o agronegócio.

Porém, na medida em que os trabalhadores se organizam para lutar por uma nova estrutura fundiária e por um novo modelo agrícola, também os grandes proprietários rurais passam a reorganizar suas ações no sentido de proteger a propriedade privada da terra e sua condição hegemônica.

A pesquisa tem mostrado que ao mesmo tempo em que os latifundiários tem assumido “uma nova retórica vinculada a modernização e ao desenvolvimento da agroindústria”⁴, e integrado práticas cada vez mais ligadas aos avanços da tecnologia no processo produtivo, politicamente continuam defendendo e respaldando práticas que estariam supostamente superadas pelo Estado de Direito, ou seja, o uso da violência nas suas mais diversas formas de expressão, como mecanismo de coerção de um grupo social sobre outro. Faz-se referência aqui, tanto à violência que desqualifica, através do discurso, a legitimidade da luta pela reforma agrária, quanto à contratação de “milícias armadas” agora modernamente chamadas de “Empresas Privadas de Segurança”. A violência tem sido justificada pelos latifundiários, através de suas entidades de classe e de seus interlocutores, como natural e inevitável, na busca de soluções para os conflitos gerados neste embate.

Compreender como determinados grupos sociais ou frações de classe⁵ se organizam ao nível da sociedade civil, disputam e conseguem garantir sua presença hegemônica e como inscrevem suas demandas junto à sociedade política é de grande importância para entender as relações de poder que permeiam a sociedade, bem como interferir nestas relações para alterar a correlação de forças e construir um projeto contra-hegemônico: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade”.⁶

Sonia Regina de Mendonça, ao estudar a reorganização do patronato rural entre as décadas de 1970 e 1990 conclui que:

⁴ BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

⁵ Por fração de classe dominante agrária, neste contexto, entende-se aqui, os grandes proprietários de terra ligados à produção agropecuária e agroindustrial, nos moldes do agronegócio.

⁶ BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 16.

Toda a década de 1980 foi marcada, no tocante às entidades patronais da agricultura, por uma profunda crise de representatividade política, referida ao processo conhecido como de “modernização da agricultura brasileira” o qual, mediante a distribuição farta, porém diferenciada, de créditos e subsídios destinados à introdução do capitalismo no campo por parte das agências do Estado brasileiro, acentuou de modo incisivo a diferenciação de interesses no próprio âmbito da classe dominante agrária, refletindo-se sobre toda a estrutura de representação política até então vigente, no sentido de sua crescente segmentação. (MENDONÇA, P.O1)

A Fundação da SRO em 09 de agosto de 1980, em assembléia realizada no Tuiuti Esporte Clube de Cascavel, representou a efetivação de um projeto gestado por representantes, principalmente do setor ligado à criação de gado de corte na região. Assim, o comitê de organização fora formado principalmente por pecuaristas, com destaque para Francisco Sciarra, Diacomio Meneghel e Wladimir Welte. Faziam parte também do referido Comitê o então Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente Edgar Ribeiro Pimentel, o chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura Olimpio Giovanelli, o médico veterinário Luis Carlos Patrial e o engenheiro agrônomo e chefe regional da EMATER/ACARPA, José Geraldo Alves.

Durante a assembléia foram relatadas as doações efetuadas por políticos e pecuaristas, em reunião realizada anteriormente, a fim de viabilizar a fundação da entidade e o início de seu funcionamento. Dentre os doadores, podem ser citados: Diacomio Meneghel, Valdemar Neme, Roberto Wypych, Francisco Sciarra, Vlademir Welte, Vilhena de Andrade, Eduardo Sciarra, Edgar Pimentel, José de Oliveira, entre outros.

Pautada pelos princípios da Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina, apresentava-se como “entidade representativa do setor agropecuário da região Oeste”. Segundo o Estatuto da entidade publicado parcialmente pelo jornal “O Paraná”⁷, a entidade teria caráter de associação civil sem fins lucrativos e os seus objetivos seriam:

⁷ O Jornal O Paraná foi inaugurado em maio de 1976, em meio à disputa política pela prefeitura de Cascavel. O candidato a prefeito pela Arena e eleito com pequena margem de votos foi Jacy Miguel Scanagatta sócio majoritário do jornal. Atualmente coloca diariamente em circulação aproximadamente 20 mil exemplares e desde 2008 pertence ao deputado federal Alfredo Kaefer, que é acionário também do Jornal Hoje, de circulação regional.

- Congregar os profissionais militantes ou de qualquer forma ligados ao meio rural, à agricultura e à pecuária e demais atividades congêneres auxiliando-os e orientando-os em seus interesses e aspirações comuns;
- Manutenção e ampliação da sede social;
- Fomento às atividades rurais;
- Assistência e orientação técnica;
- Colaboração com o Poder Público e entidades congêneres e afins no sentido de fortalecer o espírito associativo e cooperativo entre os que exercem as atividades rurais;
- Melhoria de vida e da economia rural sob todos os aspectos;
- Promover a defesa dos direitos, interesses e aspirações da classe rural perante o Poder Público, as demais classes e a opinião pública em geral,
- Promover exposições e feiras de animais e produtos agrícolas e industriais;
- Estimular o livre comércio e a melhoria dos preços em benefício de seus sócios;
- Orientar seus associados no sentido de que todos observem com responsabilidade e assiduidade as melhores regras para preservação das áreas verdes, de bom uso do solo e defesa dos princípios ecológicos e a saúde da coletividade (O PARANÁ, 10/08/1980, p. 17).

A Sociedade Rural do Oeste previa, desde a sua criação, a realização de manifestos, através de visitas e por escrito, junto ao Poder Público e às autoridades competentes do Estado ou do País, a fim de defender os direitos, interesses e aspirações da “classe rural” da região. (HOJE, 01 a 07/11/ 1980, p.07).

O primeiro evento da SRO foi a realização em 21 de Dezembro a I EXPOESTE (Exposição Agropecuária e Industrial do Oeste do Paraná) com leilão de gado que foi realizada na Fazenda Mocotó de Roberto Wypych, a fim de obter fundos para iniciar a construção do atual Parque de Exposições Celso Garcia Cid, cuja finalidade principal seria a constituição de um espaço próprio e adequado para a realização do que se tornaria um dos maiores eventos do setor agropecuário do Brasil, a EXPOVEL, a Exposição, Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel organizada anualmente pela entidade. Além de atrações artísticas, exposição de maquinários agrícolas e produtos da indústria e do comércio, a feira é marcada pelos leilões de gado dos pecuaristas da região.

O recinto de leilões da EXPOVEL, espaço privilegiado pela SRO para realização de seus eventos, recebeu o nome de Avelino Vieira, visto que o Banco

Bamerindus através de José Eduardo Vieira doou o espaço à entidade no recém fundado Parque de exposições Celso Garcia Cid.

Além do evento da Expovel, as demais ações se voltavam a cursos, palestras e campanhas oferecidos aos agropecuaristas e que visavam a melhoria técnica, genética e sanitária da agropecuária regional, além de ações e atos públicos onde difundiram suas reivindicações e exigiam medidas que viessem de encontro com seus interesses. As mobilizações também tem sido oportunidades para difundir seus valores, buscando criar consenso intra-classe.

Fica evidente que os agropecuaristas da região viam a SRO, no momento de sua fundação, como uma entidade de classe, necessária diante do momento histórico em curso. É notável como a entidade conseguiu inserir na sociedade política seus representantes mais expressivos. Chama a atenção também o vínculo estreito entre os fundadores da SRO e o Estado, através poder público local. Edgar Ribeiro Pimentel, então secretário municipal da agricultura e meio ambiente, fez parte do comitê pró-criação da entidade. Em entrevista ao “Jornal O Paraná” (09/08/1980) disse que “a Sociedade Rural do Oeste do Paraná é um velho sonho que agora se torna realidade” (O Paraná, 09/08/1980). No Conselho Fiscal constavam nomes como o de Pedro Muffato (prefeito municipal no período entre 1972 e 1976) e Wilson Nazari e no Conselho Consultivo Jacy Miguel Scanagatta, então prefeito de Cascavel e Deputado Constituinte eleito em 1986⁸.

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Scanagatta um dos fundadores da SRO, teve um desempenho conservador uma vez que:

Em sua atuação na Constituinte votou contra a participação popular no processo legislativo e disse não ao direito de voto aos 16 anos. Um dos signatários do Centrão, votou contra a proteção da empresa nacional e a favor dos cinco anos para Sarney, Votou contra o tabelamento dos juros e esteve ausente na votação da reforma agrária no primeiro turno, votando contra no segundo turno, conforme orientação da UDR. (DIAP, 1988, p. 370).

⁸ O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – em sua publicação: “Quem foi quem na Constituinte”, página 370, aponta que o deputado teve uma atuação conservadora, o que demonstrava coerência com sua ascendência política, pois pertenceu a ARENA. Apesar de ter participado da comissão da Ordem Social, subcomissão dos negros, populações indígenas, deficientes e minorias, no primeiro turno votou contra as principais propostas que garantiriam direitos aos trabalhadores. Marcantes também foram suas ausências em votações importantes, principalmente no segundo turno. Sua atuação recebeu nota 1,5 no primeiro turno e zero no segundo turno.

As expectativas dos fundadores em relação à entidade eram muito positivas. Roberto Wypych, um dos grandes pecuaristas da região afirmara que:

Além de nos permitir fazer a avaliação dos trabalhos dos produtores, a SRO nos possibilitará trazer muitos agricultores para a região Oeste, pois com o pleno apoio em todos os sentidos, em relação à agricultura que a Sociedade estará oferecendo aos produtores, muitos irão sentir-se estimulados e aumentarão suas áreas de plantio”. (O PARANÁ, 10/08/1980, p. 17)

Consciente do momento histórico pelo qual passava a agricultura brasileira bem como do projeto de modernização encampado pelo governo federal e estadual, Wypych diz que “1980 será o ano em que pretende atingir seu objetivo na produção agrícola” e afirma também que a “SRO se fará presente na agricultura e pecuária da região “pois esta Sociedade será um instrumento muito importante para o governo”.

Francisco Eduardo Sciarra, na época, considerado pelos seus pares, como um dos grandes agricultores da região, em seu discurso falou sobre os objetivos e as atividades da SRO, destacando a importância da criação da Sociedade, pelos benefícios que traria aos produtores da região Oeste do Paraná, pelo auxílio e orientação que promoveria em suas atividades na agricultura.

Porém, esta política de modernização da agricultura, defendida pela entidade e implantada pelos governos militares durante as décadas de 1970 e 1980 contribuiu diretamente no processo de concentração da propriedade da terra e na expropriação de um número crescente de pequenos proprietários e a exclusão de arrendatários, e assalariados do campo. A mecanização da agricultura e a inserção das relações capitalistas no campo dificultou a permanência de pequenas propriedades, uma vez que estas não mais se viabilizavam economicamente.

Para muitos, isto significou o êxodo rural e o favelamento urbano. Para outros a resistência e a organização da luta pela terra.

Neste contexto de “modernização da agricultura” a região Oeste do Paraná vivencia a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que pela formação da

barragem viria alagar as terras de 12 mil famílias em 08 municípios. Buscando justa indenização pelas terras inundadas e a regularização da situação de posseiros que a ela não tinham direito, os atingidos criaram em 1978 o Movimento Terra e Justiça, que recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 e que participou diretamente na organização e como interlocutora dos colonos e posseiros. A CPT atuou também no Mastro, que tem sua origem no Movimento Terra e Justiça, porém como um desmembramento deste, reunindo trabalhadores rurais sem terra até 1984. Nestes movimentos, além de outros ocorridos no Rio Grande do Sul, está a gênese do MST, que a partir de 1985 passaria a defender a luta pela terra, a reforma agrária e a luta por uma sociedade mais justa.

Segundo Eliane C. Brenneisen, o MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é fundado oficialmente em 1984, em Cascavel, no Paraná e tem sua origem na aglutinação dos movimentos de luta pela terra realizados por posseiros expulsos de áreas de reserva indígena em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul e no Movimento “Justiça e Terra” dos desabrigados quando da formação do lago da Itaipu, movimentos estes que marcaram o final da década de 1970. Estes movimentos tiveram assessoria e apoio direto de setores progressistas da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação.

Os princípios e as estratégias utilizadas pelo MST foram divergindo das ações iniciais coordenadas pela CPT o que gerou uma redefinição de papéis. A partir de 1990 o MST assume uma postura política e leiga, coordenando a nível nacional a organização e mobilização dos trabalhadores sem terra na luta pela reforma agrária e propondo políticas agrícolas. Enquanto isso a CPT, sem deixar de apoiar as questões ligadas à reforma agrária, assume um papel de mediadora de conflitos e de denúncia da violência que permeia as disputas pela terra no Brasil.

Com a fundação do MST, a necessidade da reforma agrária entre em debate com intensidade cada vez maior.

Em pleno momento de esperança nacional com o processo de “reabertura política” e do início da “Nova República” realizou-se o I Congresso Nacional dos

Trabalhadores Sem Terra em Curitiba, no Paraná, em janeiro de 1985, onde o movimento definiu como suas palavras de ordem “Ocupar é a única solução”. Os acampamentos na beira de estradas serviram para chamar a atenção da imprensa e da opinião pública.

O governo Sarney anunciava que somente a reforma agrária poderia acabar com os conflitos e a violência no campo e apresentava o PNRA (Plano Nacional de reforma Agrária) que resgatava do Estatuto da Terra a desapropriação como instrumento prioritário para viabilizá-la. Esta afirmação provocou uma forte reação dos grandes proprietários rurais a fim de impedir, através de seus organismos de classe, que o projeto saísse do papel. Nascia a UDR (União Democrática Ruralista) que na Assembléia Constituinte de 1988 consolidaria seu papel na defesa dos interesses dos ruralistas principalmente pela atuação do deputado federal Ronaldo Caiado.

Frente à reação, de imediato, o governo tranqüiliza os ruralistas de que a reforma agrária não desrespeitaria o direito de propriedade da terra, lançando uma campanha nacional “Quem tem medo da reforma agrária”, através do MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário), afirmando que a partir da assinatura do Decreto-Lei 2.363 pelo Presidente José Sarney apenas o latifúndio improdutivo, ou seja, os 2,6% de proprietários rurais do país (que detinham 286 milhões de hectares, 47% das terras agricultáveis) teriam razões para temer a reforma agrária. Afinal seriam necessários apenas 30 milhões de hectares para assentar 01 milhão de famílias sem-terra até 1991.

A Constituição de 1988, através da Lei Agrária 8.629 classificou as propriedades rurais em minifúndio (dimensão menor que o módulo rural); em pequena propriedade (dimensão entre 1 e 4 módulos rurais); média propriedade (dimensão entre 5 e 15 módulos rurais) e grandes propriedades as áreas com dimensões acima de 15módulos rurais, sendo que o módulo rural varia entre 5 e 110 hectares, conforme cada região do Brasil. O latifúndio pode ser identificado por dimensão ou por exploração, produtivo ou improdutivo. O artigo 186 da referida lei estabeleceu ainda que a terra deve atender a sua função social.

Se a Nova República abrisse a perspectiva da redemocratização política para os setores progressistas da sociedade brasileira, para os latifundiários o momento significava a possibilidade de mudanças que não lhes interessavam.

“Rapidamente, disseminou-se, nas associações e sindicatos patronais, a idéia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza de inevitabilidade de uma verdadeira guerra no campo devido, sobretudo, a revitalização do movimento de ocupações de terras, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais”.⁹

Em maio de 1990 o MST realizava seu II Congresso Nacional cujas palavras de ordem passariam a ser: “Ocupar, resistir e produzir”. Os objetivos deste congresso eram de fortalecer e divulgar a luta no país e internacionalmente, além de reivindicar ao novo governo (Collor) a realização da reforma agrária e o fim da violência no campo.

A SRO tem assumido desde a sua fundação a defesa intransigente à propriedade privada como direito natural e resultado do trabalho, coordenando, integrando e ou apoiando também ações de outras entidades que busquem a sua manutenção e em momentos de crise econômica, ou mais efetivamente, em momentos de questionamento da estrutura fundiária, a SRO se apresentou como entidade que viabiliza e organiza ações de pressão junto ao Estado restrito para viabilizar os interesses do setor agropecuário da região, articulando-se com outras formas de organização para fortalecer-se.

Em Fevereiro de 1987, em evento organizado pelos ruralistas para exigir medidas contra a crise pela qual passava a agricultura regional, o presidente da Cooperativa Agrícola de Cascavel (Coopavel) Salazar Barreiros, que mais tarde seria eleito prefeito de Cascavel, criticou o dispositivo constitucional que estabelece a obrigatoriedade no cumprimento da função social da terra, dizendo que para o governo o produtor seria “um vilão” pois se não produz, terá sua

⁹ BRUNO, Regina. *Nova República: a violência patronal rural como prática de classe*. P. 286.)

propriedade confiscada e desapropriada, e se alocar recursos para produzir, fica em estado de semi-insolvência. (Jornal O Paraná 14 a 20/02/1987 p.4)

Na mesma ocasião, o presidente da Sociedade Rural do Paraná Mathias Vilhena de Andrade que estaria também representando a União Democrática Ruralista - UDR - fez severas críticas à política agrícola do Governo Federal dizendo que “nossos governantes deveriam voltar suas atenções aos que contribuem para o desenvolvimento, como os produtores, e não aos especuladores que sobrevivem do suor alheio”.(idem)

Durante o processo de discussão e elaboração da nova Constituição do Brasil, a SRO, teve como seus interlocutores, os dirigentes da UDR,¹⁰ principalmente Ronaldo Caiado, a exemplo do que ocorreu em quase todo o país com as entidades representativas dos latifundiários.

No mês de Junho de 1987, Ronaldo Caiado, presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), esteve em Cascavel e reuniu-se com agropecuaristas da região convocando “todos os que defendem a livre iniciativa e o direito à propriedade privada” para que participassem da Marcha à Brasília, que tinha como objetivo pressionar a Assembléia Nacional Constituinte a atender as reivindicações dos ruralistas. Fez na ocasião, severas críticas aos que chamou de agitadores e invasores profissionais de terra, referindo-se aos trabalhadores sem terra. Em entrevista ao Jornal Hoje de Cascavel, Caiado fez uma avaliação positiva da atuação da UDR junto a Assembléia Nacional Constituinte e disse que os defensores da reforma agrária “se preocupam unicamente em agredir o direito de propriedade”. (Hoje, 04 a 10/07/87 p.7)

Em agosto de 1988 o presidente da UDR regional de Cascavel, Dionísio Bosquirolli¹¹, em evento realizado com a presença também da UDR de Toledo e Francisco Beltrão, defendeu a importância de os agropecuaristas se organizarem em torno da entidade.

A exemplo dos metalúrgicos, bancários que se unem em sindicatos para defender seus interesses, porque os produtores rurais não podem se organizar em torno de uma entidade na defesa do direito de continuar

¹⁰ No Estado do Paraná, a UDR foi organizada durante a Assembléia Nacional Constituinte e teve em seu quadro dirigente, representantes das Sociedades Rurais do Estado.

¹¹ Antônio Dionízio Bosquirolli foi o segundo presidente do Sindicato Rural Patronal de Cascavel no período de 30/11/76 a 09/11/85)

produzindo para sustentar o mercado interno e até para a exportação, contribuindo desta forma para que o país supere a crise que afeta a todos? É um direito sagrado e demonstra um novo estágio de conscientização do agropecuarista brasileiro. (Hoje 06 a 12/08/1998 p. 5)

Com a aproximação das votações do artigo referente a reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte em 2º turno houve uma mobilização ainda maior dos agropecuaristas regionais unindo-se em torno de uma representação comum e delegando a UDR o papel de seu interlocutor. Chegou a ser fundada em final de agosto de 1988 a UDR feminina em Cascavel. Seu objetivo central era o de “trabalhar ao lado dos maridos na defesa da propriedade”.

Ao defender a criação da UDR feminina sua presidente Anete Stefani afirmou:

Isso se faz necessário, porque os esposos possuem menos tempo, preocupados com suas atividades produtivas. As mulheres têm uma disponibilidade maior de tempo atuando num trabalho também de conscientização de inclusive pequenos e médios proprietários rurais sobre a importância da entidade, cuja imagem é insistentemente deturpada. (Hoje, 27/08 a 02/09/1988, p.4)

O discurso de que o projeto de reforma agrária em discussão na Assembléia Nacional Constituinte colocava em risco todas as propriedades, inclusive pequenas e médias era reforçado inclusive pelos líderes sindicais dos trabalhadores rurais da região. O temor de perder seu “pequeno pedaço” de terra fez agricultores da região apoiarem as propostas da UDR e reforçar seu discurso.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Toledo em 1988, Tilo Nodari, afirmou que concordava com a decisão da ANC de não desapropriar terras produtivas para fins de Reforma Agrária, pois não seria justo desapropriarem terras produtivas num país que tem tanta terra sobrando, e que isto causaria muita preocupação no meio rural. (O Paraná 12/05/1988 p.4)

O resultado da votação também agradou o Sindicato Rural Patronal e a Sociedade Rural que retomam o discurso em suas próprias entidades representativas. Nelson Menegatti afirmou que a aprovação do texto referente à reforma agrária atendia aos interesses dos produtores rurais. Disse também que a não aprovação do texto sobre a propriedade produtiva não causou surpresa. “Nós

estávamos trabalhando intensamente para que a propriedade produtiva do meio rural fosse preservada na reforma agrária”.(idem)

O presidente da FAEP, Paulo Carneiro, na ocasião referiu-se ao tema dizendo que a “ANC apenas colocou a reforma agrária em bases realistas e racionais e em conformidade com a realidade do país, e que desapropriar áreas produtivas apenas porque ela não estaria atendendo a sua função social seria um contra-senso” (idem)

A partir da aprovação da lei de reforma agrária e da promulgação da nova Constituição do país, os grandes proprietários rurais da região oeste do Paraná, preocuparam-se principalmente em garantir políticas agrícolas favoráveis a modernização da agropecuária e exigiam do poder público que impedisse as ações do MST.

Derrotado o projeto original de reforma agrária na ANC, os trabalhadores sem terra fortalecem sua luta e suas pressões junto ao governo federal para que as propriedades que não estivessem em conformidade com a lei fossem desapropriadas e destinadas a assentar as famílias acampadas em beira de estradas.

Se os latifundiários comemoraram as conquistas da nova lei de reforma agrária, não ficariam tranqüilos por muito tempo. As ocupações, os acampamentos, as marchas dos sem terra denunciavam a estrutura fundiária e o modelo agrícola excludentes.

Em 1992 o governo lançou o Programa Terra Brasil, que se propunha a desapropriar 2,9 milhões de hectares, assentar 50 mil famílias, títulos de posse, recursos técnicos e financeiros para as famílias assentadas. Nada além de discurso. No final do mesmo ano, Collor havia sido afastado da Presidência da República por um processo de impeachment e o MST avançava em suas ocupações de terra, exigindo que a sociedade voltasse seus olhos para suas reivindicações. As marchas nacionais e regionais passavam a ser a manifestação coletiva que denunciava a amplitude do problema fundiário e da violência.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por violentos conflitos na disputa pela terra no Brasil e no Oeste do Paraná. As ações do MST, para

pressionar o governo a realizar a reforma agrária foram reprimidas pela Polícia Militar executando ordens de reintegração de posse das áreas ocupadas. Dados de 2007, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontam para o aumento significativo da ação das milícias armadas no Paraná: 1.188 famílias sofreram violências, ameaças e intimidações por grupos armados a serviço de latifundiários, representando um aumento de 35% se comparado com os dados de 2006, quando 764 famílias foram vítimas de violência na luta pela terra. Estes números colocam o Paraná como o 2º estado com maior índice de violência no campo ficando atrás apenas do Estado do Pará.

Também no Oeste do Paraná, as ações violentas de despejo de áreas ocupadas, o uso do aparato policial militar, o uso de discursos que desqualificam a luta dos trabalhadores foram estratégias recorrentes durante a década de 1990 e início de 2000. O início do século XXI viu ressurgir, também, a formação de grupos paramilitares, ou as milícias armadas como estratégia de força e coerção dos latifundiários contra os trabalhadores rurais, organizados em seus movimentos de luta.

Em 1993, no município de Campo Bonito, o governo do Estado, através da Polícia Militar realizou uma ação que adquiriu destaque na imprensa, pela violência empreendida. Foi um exemplo de como o Poder Executivo entendia a questão fundiária: Como caso de polícia. A ação policial resultou na morte de um dos trabalhadores rurais sem terra.

Em abril de 2000, o coordenador estadual do MST, Rogério Mauro, alertava sobre a possibilidade de confronto entre a polícia militar e 300 famílias que haviam ocupado área no conglomerado Cajati, em Cascavel. Ocupações anteriores já haviam acontecido nesta área. Por apresentar irregularidades, o MST exigia sua desapropriação para fins de reforma agrária. “Se houver uma tentativa de reintegração de posse, acontecerá um confronto direto. Os invasores estão decididos a resistir e esperam uma solução do Governo do Estado” (hoje, 29/04/2000, p.22)

O presidente da SRO, Lindonêz Rizotto, afirmou na época que a Polícia Militar estaria fazendo “um trabalho excepcional” e que o comandante do 6º BPM,

estaria “garantindo a segurança no campo”, ao mesmo tempo em que criticou o governo federal pela falta de vontade para resolver a questão da reforma agrária. (idem)

Sobre as ações do MST, Lindonêz afirmou que “seus líderes não querem terra, eles querem o poder” e ainda “os sem terra são massa de manobra dos líderes do movimento”.

Já o Sindicato Rural Patronal através de Nelson Menegatti, afirmou por ocasião da ocupação da Fazenda Cajati que “a intenção do MST é provocar um conflito com a polícia militar para que ocorram mortes como as de Eldorado do Carajás, para conquistar espaço na mídia e promover politicamente seus líderes e que a solução para o fim dos conflitos estaria na intervenção do Exército. (idem)

A partir de 2003, com a eleição do Presidente Lula e do governador Requião, potencializou -se a tensão existente entre o MST e os latifundiários da região, pela justificativa de estes serem governos populares.

Por ocasião da abertura da 24ª Expovel, o presidente da SRO criticou o “rumo que as invasões vinham tomando no Paraná” e em diversas regiões do país, pois estariam “trazendo um clima de insegurança ao campo e desestímulo ao produtor”.(Hoje, 09/11/2003- p.10). Ele fez seu discurso no contexto de definição do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) cujo anteprojeto havia sido entregue dia 15/10 ao Ministro do Desenvolvimento Agrário. Miguel Rosseto que estava sofrendo forte pressão do MST, da CONTAG, da CPT e de outras 44 entidades ligadas ao movimento Reforma Agrária e Justiça no Campo, que realizavam a marcha nacional à Brasília e a Conferência Nacional sobre o PNRA.

De acordo com os dados do INCRA os assentamentos realizados em 2003 atenderam ao estimado pelo instituto, mas ficaram bem abaixo do prometido na campanha do presidente LULA.

O governo eleito no Paraná apresentava a partir de 2003 uma postura distinta em relação às ocupações de terra, buscando intermediar negociações entre ruralistas e sem terras para evitar conflitos armados ou ações violentas por parte da Polícia Militar.

Um exemplo desta postura do governo do Paraná foi o acordo firmado entre os proprietários da Fazenda Castelo em Rio do Salto no município de Cascavel. Um acordo firmado entre a União, o Governo Estadual, o proprietário e os sem terra possibilitou a experiência com o sistema de comodato. O acordo previa o direito de uso de 80 alqueires da fazenda de Idemar Canto pelo período de seis meses, quando então o governo deveria transferi-los ou assentá-los em outra área.

O sistema de comodato recebeu apoio do Sindicato Rural Patronal e da SRO. O presidente do sindicato afirmou que “o empréstimo de terras através do regime de comodato garantiria maior dignidade às famílias e à seleção entre elas”. (Menegatti, Hoje, 18/01; 2004 p.13) A seleção a que se refere o líder sindical serviria para garantir que não fossem assentados aqueles que não tivessem afinidade com o trabalho rural.

Para a SRO, o regime de comodato, possibilitaria ainda, “o afastamento dos acampamentos, daqueles que estão com problemas na Justiça”. Segundo seu presidente, “muitos não se cadastraram junto ao INCRA por estarem em pendência com a lei”.

Algumas ações do Governo do Estado de apoio aos assentamentos do MST e a tentativa do mesmo em mediar situações de conflito em ocupações realizadas, promovendo, entre os latifundiários, atitudes drásticas de defesa do direito a propriedade privada. Mobilizando, inclusive, a bancada ruralista do Paraná no Congresso Nacional.

A partir de um requerimento do senador do Paraná Álvaro Dias foi instituída a CPMI da terra, que investigou a situação dos conflitos resultantes da disputa pela terra. A aprovação do relatório final foi uma demonstração da arbitrariedade e do comprometimento deste grupo de parlamentares com os interesses dos latifundiários.

Em 1ª votação, a CPMI da terra rejeitou o relatório do deputado do PSOL do Ceará, João Alfredo, que denunciava situações de abuso de poder e uso da força por parte de fazendeiros e policiais para reprimir o MST. Afirmava também que a saída para os conflitos era a reforma agrária.

Em substituição ao relatório rejeitado, o deputado federal Abelardo Lupion do PFL do Paraná apresentou um relatório alternativo aprovado por 12 votos a 1. Segundo Lupion, o relatório anterior era tendencioso e ameaçava o direito da propriedade da terra.

Sobre a rejeição ao relatório oficial e a apresentação de um relatório paralelo, Lupion afirmou “Não podemos fazer acordo ou negociar nossos princípios”.(Hoje on line, 30/11/2005). Em outro momento afirmou que “sua meta como deputado era destruir o MST”.

No relatório, Lupion pedia que as ocupações de terras fossem classificadas como atos de terrorismo e sugeriu o indiciamento das lideranças nacionais do MST. Defendeu também a criação de um projeto de lei que transformasse as ocupações de terra em crime hediondo porque “o setor produtivo não agüenta mais ser desrespeitado”.

A defesa intransigente da propriedade privada da terra tem sido reiterada por todos os interlocutores do latifúndio sempre que o tema “reforma agrária” entra em questão. Em janeiro de 2004 o empresário e produtor rural de Cascavel Plínio Destro afirmou que “Ninguém tem o direito de invadir uma propriedade. É um desrespeito à constituição”.(Hoje online 18/01/2004). O presidente da SRO também defende o direito absoluto da propriedade privada, pois esta “é resultado de muito esforço e trabalho”.

Não acho justo que um produtor que chegou aqui e amassou barro e agora tem sua área limpa e plantada tenha que cedê-la para outros. Algo está errado. Queremos que cumpram a Constituição. Não queremos confronto. O direito à propriedade tem que ser preservado ou amanhã alguém dirá : olha você tem dois carros, vai ter que me dar um. Isto é inadmissível. Produtor só se faz com muito trabalho. Isso não cai do céu. Esta é uma verdade que tem que ser dita. (Levy Dittrich, Hoje online, 14/11/2005)

A tentativa de vincular o direito a propriedade apenas como recompensa pelo trabalho realizado desconsidera que a ocupação das terras que hoje formam os municípios de Cascavel, Ibema, Campo Bonito, Santa Teresa do Oeste e Lindoeste foi efetivada de modo conturbado. A ação de posseiros, grileiros e jagunços marca as páginas da colonização desta região. Historicamente os

maiores latifúndios e as áreas de maior conflito no oeste também ocorrem nestes municípios.

Tem sido discurso corrente dos dirigentes da Sociedade Rural do Oeste, do Sindicato Rural Patronal, e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que o governo Requião seria aliado do MST e por isso não estaria cumprindo as ordens de desocupação e reintegração de posse. A SRO afirma que 63% das invasões teriam ocorrido durante o governo Requião, e que “todas as áreas invadidas já dispõe de mandados de reintegração de posse que foram solenemente ignorados” (Hoje Online, 30/09/2006). Faz questão de frisar que “as incertezas geradas pelo crime organizado no campo, contribuem para a crise do agronegócio no Paraná, e que devia ser seguido e exemplo do governador anterior que promoveu inúmeras reintegrações de posse”.(idem)

A caracterização das ações do MST como crime organizado é mais uma das estratégias para desqualificar o movimento.

Até mesmo quando o MST realiza acampamentos nas margens de rodovias, imediatamente a SRO se mobiliza para despejá-los. Foi o que ocorreu com as 98 famílias acampadas em faixa de 500 metros às margens da BR 277 em frente à fazenda Mascarello em Céu Azul, faixa esta de domínio da Concessionária da Rodovia das Cataratas. Fechando a rodovia com maquinários e entregando panfletos, tornavam pública a sua indignação diante das ocupações em terras produtivas e privadas. (Hoje, 05/09/2006)

O Prefeito de Céu Azul, ao se manifestar sobre o protesto da SRO disse que “é uma vergonha, pessoas de bem, que produzem para o crescimento do País, terem que sair de suas casas e protestarem para manter suas propriedades”. (PASQUETTI, *idem*)

A ocupação da rodovia BR 369 pela SRO ocorreu no dia 13 de setembro de 2006 também para protestar contra as ocupações de terra, e exigir o cumprimento das ordens de reintegração de posse de 68 áreas ocupadas no Estado do Paraná. Alessandro Meneghel, então presidente da SRO, afirmou que “não vamos mais suportar essas situações que trazem problemas aos produtores que querem

trabalhar e são donos de seus imóveis, pagando seus impostos em dia”. (Hoje on line, 14/09/2006)

As ações dos ruralistas na região receberam apoio formal de entidades ligadas à indústria e ao comércio. ACIC, AMIC, CDL, Sindilojista, Sindmadeiras, Sincovel e OAB/Cascavel que subscreveram uma carta aberta em apoio aos produtores rurais, sob o título: “O Produtor Quer Respeito”, argumentavam que “a insegurança causada pela onda de invasões de propriedades rurais no Paraná era sem precedentes e que o setor agropecuarista passava pelo pior momento da história, face à política econômica do Governo Federal e das adversidades climáticas, e que a crise do campo começava a afetar significativamente as cidades”. Houve também a preocupação em responsabilizar a ação do MST como causadora da crise:

Não bastasse isso, o campo vive constante insegurança pela ação de movimentos ditos sociais, que invadem, depredam, assaltam propriedades, sob a égide da reforma agrária, desrespeitando a Constituição brasileira que preserva o direito de propriedade. Vivemos em uma região exemplo para o mundo em produtividade, fruto do trabalho de homens abnegados que não mediram esforços para tornar as terras do Paraná férteis, a ponto de serem consideradas entre as melhores do mundo. (Parada da Paz Social, Cascavel, setembro de 2006).

Além do apoio aos produtores contra as invasões de terra, as entidades solicitaram que os governantes protegessem os produtores rurais, fazendo cumprir as leis vigentes de direito a propriedade, de reintegração de posse e que promovam ações de policiamento para coibir definitivamente as invasões “sob pena de termos em nosso país uma guerrilha instalada” (*Idem*).

O que se percebe é que a partir de 2003 ocorreu uma maior articulação entre as diferentes entidades patronais rurais regionais e estaduais e com os seus representantes junto ao poder legislativo, ou seja, junto à bancada ruralista, que tem expressão tanto a nível nacional, estadual e regional.

Se o MST se fortaleceu e se reorganizou, também o fizeram os grandes proprietários rurais, muitas vezes apropriando-se das mesmas estratégias.

Qualquer manifestação dos trabalhadores sem terra passou a ser motivo para que as lideranças dos grandes proprietários rurais se manifestassem, ocupando espaços privilegiados na imprensa.

“É preciso reagir”. Esta tem sido a tônica destas lideranças. Fechar rodovias, manifestações públicas, ocupar todos os espaços possíveis na imprensa, a Parada da Paz Social, pressão junto ao Governo do Estado pela reintegração de posse, junto a bancada ruralista para que intervenha em seu favor, junto ao Poder Executivo, discursos que desqualifiquem o MST e seus integrantes, bem como suas lideranças, foram estratégias cada vez mais utilizadas a partir de 2003.

A proposição do Governo Requião de atuar como mediador dos conflitos, sem, no entanto, enfrentar objetivamente a questão da redefinição da estrutura fundiária no Estado, na prática serviu apenas para que os grandes proprietários rurais retomassem velhas práticas de poder. Se o confronto já não se dava mais entre os sem terra e a Polícia Militar, MST e produtores rurais passavam para o confronto direto, a exemplo do que ocorreu em final de 2006, quando a SRO organizou um bloqueio na rodovia BR 277 para chamar a atenção para as ocupações de terra e o não cumprimento das reintegrações de posse. “Não vamos mais aceitar nossas propriedades serem roubadas. Se o governo não cumprir a lei nós vamos nos defender. O roubo será respondido” (Gazeta do povo online, 30/11/2006)

O bloqueio tinha como objetivo impedir a passagem de integrantes do MST que estavam se dirigindo até a fazenda experimental da empresa Syngenta Seeds, então localizada no município de Santa Teresa do Oeste e desapropriada pelo governo do Estado. Ali realizariam um ato público contra o cultivo e a comercialização de sementes transgênicas e contra o agronegócio. O ato público encerraria a Jornada de Educação e Reforma Agrária realizada pelo movimento em Cascavel.

Argumentando que o Estado não estaria cumprindo com a sua obrigação de garantir o direito de propriedade, os proprietários rurais afirmam também ser legal e legítima a contratação de empresas privadas de segurança. “Como um banco é

assaltado, hoje as nossas propriedades estão sendo assaltadas” (Gazeta do Povo on line, 27/04/2007)

Em abril de 2007 foi criado em Cascavel o Movimento dos Produtores Rurais (MPR), coordenado pelo presidente da SRO e seu principal interlocutor. Seu objetivo seria aumentar a segurança no campo, contendo o avanço das invasões nas propriedades no Estado, que segundo dados da FAEP teriam aumentado em 40% durante o ano de 2006.

As ocupações de terra seriam contidas pela ação de um grupo de segurança privada contratado pelo MPR e mantido através de doações mensais de proprietários rurais no valor de 200 reais. Estes seguranças, além de impedir novas ocupações, ficariam responsáveis pela retirada de sem terras de áreas já ocupadas.

A criação do movimento foi divulgada na imprensa escrita regional e nacional, e em emissoras de rádio e televisão regionais. Os jornais Globo online e O Estado de São Paulo online, e o Jornal da Tarde também veicularam matérias acerca da criação do MPR.

A primeira ação do movimento ocorreu na Fazenda Gasparetto, no município de Lindoeste onde seguranças contratados realizaram o despejo violento de 60 integrantes do MLST (Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra) que resultou em 5 sem terras feridos. Sobre o evento Alessandro Meneghel (presidente da SRO) afirmou: “A cada ação dos sem terra haverá uma reação dos ruralistas”. (Gazeta do Povo online, 21/04/2007)

Hoje a SRO tem pautado suas ações na defesa da propriedade privada, do cultivo e comercialização de produtos transgênicos, na valorização do agronegócio pelo governo, questionamento ao projeto de geo-referenciamento das áreas rurais e combate à legitimidade das lutas dos trabalhadores rurais sem terra.

Conclusões:

A defesa sistemática não apenas da propriedade da terra, mas da propriedade privada de modo geral tem sido referenciada em todos os discursos das lideranças representativas dos grandes proprietários rurais e da economia

urbana regional. Este mesmo discurso tem sido reproduzido na imprensa local e regional sempre que se quer fazer a crítica às ações dos trabalhadores sem terra, e legitimar a situação vigente. Poucos e sem muita expressão são os espaços da crítica ou do questionamento da mesma.

A SRO não possui um meio de comunicação próprio. A princípio isto me chamou a atenção. Porém na medida que a pesquisa avançava, ficava cada vez mais evidente que não havia essa necessidade, uma vez que a imprensa local e regional estava sob seu controle. Alguns proprietários de jornais, emissoras de rádio e televisão estão entre os quadros dirigentes e associativos da entidade.

Percebi também que entre os dirigentes de entidades como CDL, ACIC e na Prefeitura de Cascavel estão lideranças que ocuparam cargos diretivos na SRO. Exemplo disso são os prefeitos Jacy Miguel Scanagata, que ocupou também a função de Deputado Federal na Assembléia Nacional Constituinte e Edgar Bueno que além de Prefeito é deputado estadual pela segunda vez. Também o atual deputado federal Eduardo Sciarra, que ocupou a secretaria de indústria e comércio durante o governo Lerner, tem seu nome inscrito na comissão que coordenou a criação da SRO.

É o domínio da propriedade que tem possibilitado sua condição de privilégio econômico, social e político legitimado através de um discurso hegemônico difundido como valor coletivo, através da imprensa. A ocupação de cargos diretivos nas diferentes entidades, bem como no Poder Executivo local e do Legislativo local e estadual, também se configuram como espaços de construção da hegemonia dos grandes proprietários. A construção ou manutenção da hegemonia é um processo conflituoso, e o embate severo com o MST se configura como necessidade para essa fração da classe dominante agrária uma vez que este movimento põe em xeque o seu pilar de sustentação: o domínio restrito da terra, o latifúndio.

A necessidade do uso da violência (milícias armadas) pode ser entendido como um princípio de crise de hegemonia desta fração de classe e de negação da legitimidade do uso exclusivo da força pelo Estado? Ainda é cedo para saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRENNEISEN, Eliane. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRUNO, Regina. *Nova República: a violência patronal rural como prática de classe*. P. 286.

CANUTO, Antonio e outros. *Conflitos no campo*. Goiânia: CPT Nacional, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras*. Niterói: UFF, p. 01.

Fontes de Imprensa em arquivo pessoal:

Jornal O Paraná, 10/08/1980, p. 17

Jornal O Paraná 14 a 20/02/1987 p.4

Jornal Hoje, 04 a 10/07/87 p.7

Jornal Hoje 06 a 12/08/1998 p. 5

Jornal Hoje, 27/08 a 02/09/1988, p.4

Jornal O Paraná 12/05/1988 p.4

Jornal Hoje, 29/04/2000, p.22

Jornal Hoje, 18/01/2004 p.13

Jornal O Paraná, 10/08/1980, p. 17

Jornal Hoje, 01 a 07/11/ 1980, p.07

<http://www.jhoje.com.br> (acesso em 18/01/2004)

<http://www.jhoje.com.br> (acesso em 14/09/2006)

<http://www.jhoje.com.br> (acesso em 30 nov. 2005).

<http://www.jhoje.com.br> (acesso em 14 nov.2005).

<http://www.jhoje.com.br> (acesso em 30 set. 2006).

<http://portalrpc.com.br/gazetadopovo/parana> (acesso em 30 nov.2006).

<http://portalrpc.com.br/gazetadopovo/parana> (acesso em 21 abr. 2007).

Fontes avulsas:

Carta aberta da “Parada pela Paz Social”, Cascavel, 2003.

DIAP. *Quem foi quem na Constituinte*. São Paulo: Cortez, 1988